

PT e PRN querem profissionalizar Forças Armadas e extinguir o SNI

Tânia Monteiro 581

BRASÍLIA - PT e PRN querem profissionalizar as Forças Armadas. Os programas dos dois partidos classificados para o segundo turno das eleições são muito semelhantes e propõem ainda a extinção do Serviço Nacional de Informações - SNI, a valorização da carreira militar e a não intromissão desse segmento da sociedade em qualquer questão política.

Os dois partidos não definiram ainda se irão ou não criar o Ministério da Defesa. Tanto no PT, quanto no PRN, há quem defenda as duas hipóteses, embora a tendência de unir as Forças Armadas em uma única pasta seja mais forte no Partido dos Trabalhadores. A principal dificuldade para a implantação da idéia é que uma alteração desse gênero depende de emenda constitucional.

Perfil - PT e PRN traçaram também o mesmo perfil para os chefes militares: "Tem que ser um profissional respeitado, com liderança na tropa e disciplinado para não querer se imiscuir em assuntos políticos" - disse o assessor de imprensa do PRN, Cláudio Humberto Rosa e Silva.

O líder do PT na Câmara, deputado Plínio de Arruda Sampaio vai mais longe: "não queremos politização nas Forças Armadas. Não queremos ter o PT nos quartéis". Plínio acentuou ainda que "o Lula jamais terá o seu grupo dentro do Exército". Para ele, a questão militar foi resolvida na Constituição e, portanto, não haverá qualquer tipo de mobilização por parte do PT para alterar a missão constitucional das Forças Armadas.

Nomes - Nem Luís Inácio Lula da Silva, do PT, nem Fernando Collor de Mello, do PRN, convidou qualquer militar para fazer parte da sua equipe ministerial. O candidato do PRN, por exemplo, já manteve algumas conversas nesta área, mas nada foi definitivo. Sempre que é alertado por seus assessores mais próximos para a necessidade de iniciar os entendimentos com os militares, Collor reage sempre da mesma forma: "vamos deixar isso para depois. Ainda é cedo". Ele justifica estar empurrando este assunto com a barriga por não conhecer praticamente nenhum militar. "O único militar que eu conheço é o comandante da PM de Alagoas" - brinca ele.

No PT, as ligações estão sendo feitas através do governador de Pernambuco, Miguel Arrais, que já manteve encontros com pelos menos dois oficiais-generais: o ministro chefe do SNI, Ivan

de Souza Mendes e o general Luís Pires Ururahy Netto, comandante Militar do Nordeste. O maior problema enfrentado por Arrais, entretanto, é a retração dos militares, que só admitem conversar com o PT se Lula for mesmo eleito.

No Exército, a única conversa efetivamente realizada pelo candidato do PRN foi com o general Osvaldo Muniz Oliva, comandante da Escola Superior de Guerra. Mas isso não quer dizer que ele vá ser o ministro do Exército de Collor. Nesta área, principalmente, não há nada delineado. Se o presidente for Lula e Arrais for efetivado como interlocutor do partido, não há dúvidas que o ministro será o general Ururahy, apesar das primeiras conversas do partido terem sido realizadas com o já esquecido e ultrapassado general Andrada Serpa.

Na Aeronáutica, algumas conversas já foram mantidas por Collor de Mello, por iniciativa dos próprios militares. Uma delas foi com partidários do ex-ministro Délio Jardim de Mattos. Nada, entretanto, ficou acertado, nem com esta facção da Força Aérea, nem com o grupo ligado ao ministro Moreira Lima, que acena como definida a indicação do brigadeiro Murillo Santos, atual secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica. "Nem o conheço" - espantou-se

Collor. Mas um nome já está na mira do PRN, para ser contactado, por possuir liderança na Força e ser um profissional, sem qualquer preocupação com questões políticas: o brigadeiro Paulo Roberto Coutinho Camarinha. "Já estamos com o nome dele na agenda", mostrou Cláudio Humberto. Só que Camarinha também está na mira do PT. Enquanto isso, o interessado repousa em seu sítio em Teresópolis, alheio a qualquer tipo de conjectura.

Mas não é só na Aeronáutica que há coincidência na preferência por determinado nome. Na Marinha, o fenômeno se repete. O almirante Mário César Flores é considerado o sucessor natural do ministro Henrique Sabóia, seja quem for o novo presidente, pelas suas qualidades profissionais. O PRN, entretanto, nem um negociador nato na Marinha, o ex-ministro Maximiano da Fonseca, velho conhecido de Collor e ex-sogro de Paulo Octávio, principal conselheiro de Collor.

Outra idéia comum é em relação ao destino do EMFA - Estado maior das Forças Armadas. Ele poderá simplesmente desaparecer, como quer o PT ou, no mínimo perderá o status de Ministério e terá seu quadro bastante reduzido, como quer o PRN.

As propostas de cada um

O PT do candidato Luís Inácio Lula da Silva tem seis linhas básicas de conduta em relação às Forças Armadas, em sua maior parte coincidentes com as propostas do PRN de Fernando Collor de Mello

PT

- Militares têm que, essencialmente, cumprir a Constituição, que prevê a subordinação do poder militar ao poder civil, deixando de lado qualquer questão política e voltando-se basicamente para sua profissionalização.

- Ampla reforma administrativa, com grandes chances de criação do Ministério da Defesa.

- Implantação de uma nova concepção de defesa nacional, eliminando o concerto de guerra interna, transferindo para a Polícia Federal muitas das atividades hoje desenvolvidas pelo Exército.

- Extinção do SNI e do Emfa.

- Valorização da carreira militar, inclusive retirando os militares de funções desempenhadas fora da Força, como ocorre hoje, por exemplo, em relação ao Palácio do Planalto.

- Reavaliação dos projetos militares, o que não significa, obrigatoriamente, redução de orçamento.

PRN

- Profissionalização das Forças Armadas, ficando destinado aos militares o simples cumprimento à Constituição.

- Criação do Ministério da Defesa.

- Extinção do SNI com a transferência para a Polícia Federal de muitas das funções exercidas pelo órgão, assim como algumas das desempenhadas pelas Forças Armadas.

- O Emfa perde status de ministério e terá seu corpo bastante reduzido. Poderá até mesmo ser extinto, após uma análise mais profunda.

- Valorização do profissional militar, restringindo o desempenho de funções às próprias Forças Armadas, o que significa, por exemplo, desmilitarizar o Palácio do Planalto.

- Modernização dos equipamentos das Forças Armadas, tão logo o país volte a crescer, mesmo que isso signifique remessa de verbas altas para este setor.